

ARROIO DA PESCARIA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA – RS

HISTORICAL HERITAGE IN THE MUNICIPALITY OF CAPÃO DA CANOA - RS

Andrea Witt

Mestre em Processos e
Manifestações Culturais.

Professora no Centro
Universitário Leonardo da Vinci –
UNIASSELVI. Capão da Canoa –
RS. E-mail:
deia_witt@hotmail.com

Juarez Camargo Borges

Mestre em Desenvolvimento
Regional. Professor no Centro
Universitário Leonardo da Vinci –
UNIASSELVI. Capão da Canoa –
RS. E-mail:
admuniasselvicapao@gmail.com

Juliano Medina Corrêa

Graduando em História pelo
Centro Universitário Leonardo da
Vinci – UNIASSELVI. Capão da
Canoa – RS. E-mail:
julianomcorrea@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, os autores buscam apresentar o Arroio da Pescaria como patrimônio histórico urbano do município de Capão da Canoa – RS. É necessário compreender a função do arroio, bem como descrever a relação do patrimônio histórico urbano com a mobilidade urbana dentro do município. Por meio de pesquisa bibliográfica e em registros históricos sobre a emancipação, formação e fundação do município, o estudo propôs uma análise crítica sobre as ações de planejamento urbano, principalmente de manutenção dos arroios. Isso porque foi possível perceber tímida a importância dessas ações, seja para a manutenção do patrimônio, preservando toda a história de constituição desse território, seja para garantir sua função natural de escoamento das águas de chuva, minimizando os riscos de alagamentos.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Planejamento urbano. Arroio.

ABSTRACT

In this article, the authors seek to present the Arroio da Pescaria as historical urban patrimony of the municipality of Capão da Canoa – RS. It is necessary to understand the function of the arroyo, as well as to describe the relation of urban historical patrimony with urban mobility within the municipality. By means of bibliographical research and historical records on the emancipation, formation and foundation of the municipality, the study proposed an analysis Critical of the actions of urban planning, mainly of maintenance of the streams, because it was possible to perceive timid the importance of these actions either for maintenance of the patrimony, preserving all the history of constitution of this territory, as well as to guarantee its natural function of drainage of rainwater Minimizing the risk of flooding.

Keywords: Historical heritage. Urban planning. Creek.

INTRODUÇÃO

Na história dos municípios, sempre há um espaço destinado à sua origem, bem como para locais relevantes, cujas paisagens e situações se confundem com a formação deles. No município de Capão da Canoa, o Arroio da Pescaria é um desses locais, pois sua influência é tanta que, inclusive, deu seu nome ao povoado de ranchos de chão batido nos primórdios da cidade que hoje é uma das principais da região litorânea do estado do Rio Grande do Sul.

Se nos primórdios de Capão da Canoa o Arroio da Pescaria era um riacho imponente da região, com águas límpidas, volumosas e atrativas para moradores da região e viajantes que nele buscavam lazer e diversão, com seus *hobbies* preferidos, como a pesca e a caça, hoje, depois de aterrado e com o curso de seu leito alterado, o local está abandonado à sua própria sorte. A realização do aterro no Arroio da Pescaria alterou não só a paisagem do local, mas também as condições e as características do próprio Arroio, hoje poluído e de águas estagnadas e escassas. Também foi alterada a própria visão das pessoas em relação ao Arroio, conhecido pela atual geração de moradores da região como “valão”.

Dessa forma, neste artigo, os autores buscam apresentar o Arroio da Pescaria como patrimônio histórico urbano do município de Capão da Canoa – RS. Será destacada a função do Arroio, bem como será feita a descrição da relação do patrimônio histórico urbano com a mobilidade urbana dentro do município. Para a realização deste estudo, buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica e em registros históricos sobre a emancipação, formação e fundação do município, esclarecer o tema e, principalmente, conhecer a história do lugar, analisando o Arroio da Pescaria desde sua origem.

A partir da pesquisa de campo e de registros fotográficos no local, buscou-se evidenciar as condições atuais e propor uma análise crítica sobre as ações de planejamento urbano, principalmente de manutenção do Arroio, diante do desenvolvimento demográfico e do crescimento de áreas construídas do município. Quanto à organização deste estudo, inicialmente, apresentar-se-á uma breve revisão bibliográfica com a apresentação do crescimento das cidades e suas implicações, bem como o planejamento urbano como ferramenta fundamental nesse processo.

Na sequência, destacar-se-á o processo de urbanização e as principais características de Capão da Canoa – RS, recorte territorial deste estudo. Dando sequência ao estudo proposto, abordar-se-á o entendimento de patrimônio histórico urbano e o principal objeto deste trabalho, que é o Arroio da Pescaria, desde sua origem, função e estado atual. Por fim,

apresentar-se-ão as considerações finais que apontam, de maneira crítica, a importância da manutenção do Arroio nas tarefas de planejamento urbano.

O CRESCIMENTO DAS CIDADES E O PLANEJAMENTO URBANO¹

O crescimento das cidades impacta em inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais, principalmente em áreas com ocupações ilegais e sem a devida estrutura para viver com qualidade. Portanto, é necessária a consciência política sobre a “urbanização da pobreza”, sendo que essa consciência política da questão urbana se fez presente na criação, em 2003, do Ministério das Cidades. É importante destacar que “aquelas cidades que buscam oferecer a desregulamentação como vantagens tiveram seu crescimento limitado pela própria queda na qualidade de vida” (PNDU, 2004, p. 19). Em algumas cidades, pode-se perceber a falta de políticas públicas fiscalizadoras, pois é visível o crescimento desordenado.

É nesse contexto que, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU, 2004), foi criado e estruturado o Ministério das Cidades, levando em consideração a reunião das áreas mais relevantes (do ponto de vista econômico e social) e estratégicas (sustentabilidade ambiental e inclusão social) do desenvolvimento urbano. Para a PNDU, “a cidade não é neutra e pode ser vista como uma força ativa, uma ferramenta eficaz para gerar empregos e renda e produzir desenvolvimento econômico”. Essa nova tipologia do entendimento da formação das cidades deve estar pautada em atender às demandas comerciais de transportes, armazenagem e reparações mecânicas para fomentar o desenvolvimento econômico e as variáveis relacionadas à infraestrutura da cidade como habitação, saúde, cultura, finanças, educação geral e profissional.

Portanto, cabe à “política urbana revelar as cidades para a ação governamental e destacar a sua importância para o desenvolvimento de toda uma região e até do País como um todo” (PNDU, 2004, p. 37). Essa é a função da nova tipologia das cidades, em elaboração no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Conforme a Constituição Federal, no artigo 182, as cidades com mais de 20 mil habitantes ficam obrigadas a elaborar um Plano Diretor. Esse plano “é um documento da natureza técnica e política e tem por objetivo direcionar o crescimento físico-territorial e socioeconômico dos núcleos urbanos do município” (BONAMENTE; SOUZA, 2012, p 21).

¹ Esse item contém adesões de outro artigo de autoria de Juarez Camargo Borges (2016), que foi publicado no livro **Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território**. Nilzo Ivo Ladwig, Hugo Schwalm (Orgs.). Criciúma, SC: UNESC, 2017.

O plano diretor deve conter, segundo os autores, documentos de informação e análise (diagnóstico, relatórios, mapas), documentos de orientação (definição de políticas, diretrizes, estratégias), documentos operativos (planos de ação, projetos) e documentos normativos (projetos de lei), que formam um conjunto de leis ou códigos que tratam de assuntos concernentes à vida urbana, como ordenamento do território, a localização das atividades, a largura das ruas e as regras para os loteamentos e construções.

De acordo com Bonamente e Souza (2012), o objetivo do plano diretor é direcionar o desenvolvimento da cidade de forma a garantir a qualidade de vida da população. Com base no plano diretor, o crescimento da cidade não está vinculado aos interesses políticos particulares ou imediatistas, possibilitando o crescimento ordenado da cidade com visão de longo prazo. O desenvolvimento regional depende de “repensar o desenvolvimento urbano e regional brasileiro e implica em elaborar um projeto de médio e longo prazo que tenha como meta a redução das desigualdades regionais e sociais” (PNDU, 2004, p. 35).

De acordo com o desenvolvimento da cidade, o plano diretor deve ser revisado e ampliado de maneira formal, incluindo atividades que até então não existiam na região. Por essa questão, Bonamente e Souza (2012, p. 79) dizem que o desenvolvimento regional deve considerar “o trinômio formado pelo crescimento econômico, pela justiça social e pela necessária prudência ecológica, estabelecendo metas seguras para o desenvolvimento sustentável”. O crescimento da cidade deve respeitar o plano diretor que regulamenta o uso e a ocupação do solo, principalmente em relação aos aspectos ambientais.

OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CAPÃO DA CANOA

Para compreender o processo de urbanização, assim como território e sua territorialidade é preciso conhecer os aspectos histórico, temporal e do contexto do lugar. Por exemplo:

à questão do patrimônio, pois, como bem o lembra Milton Santos, os territórios se delineiam a partir de ‘*sua utilidade atual, passada e futura*’, derivam do uso que lhes é atribuído pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. (PELEGRINI, 2006, p. 121).

Nesse sentido, a autora destaca que, para a interpretação de um espaço geográfico e seu patrimônio cultural, é preciso considerar as “ações historicamente responsáveis por sua

construção” (PELEGRINI, 2006, p. 121). Dessa forma, apresentar-se-á brevemente o processo de urbanização do município de Capão da Canoa, recorte territorial deste estudo.

“O litoral norte é uma região riquíssima sob o ponto de vista ambiental” (SOUZA, 2013). As características peculiares da região e a questão ambiental devem ser analisadas no momento da ocupação e da urbanização dessa região. Para isso, tem-se a Constituição do Rio Grande do Sul de 1989 e a Lei de Crimes Ambientais n. 9.605 de 1998, que estipulam penas e sanções ao crime ambiental. Com a devida importância, tem-se ainda o Estatuto das Cidades que estabelece diretrizes da política urbana.

O litoral norte tem como principal atividade econômica o turismo, que, por sua vez, acabou por desenvolver diversos produtos, por exemplo, os diversos empreendimentos imobiliários, a fim de atender aos veranistas que buscam a qualidade de vida nas praias gaúchas. Porém, esse desenvolvimento acabou por prejudicar a fauna e a flora da região (BORGES, 2017).

No aspecto econômico, o processo de urbanização nessas cidades alavancou as oportunidades de serviços como os de engenharia e arquitetura, além da expressiva geração de empregos na construção civil e demais serviços ligados ao setor. Além disso, fomentou o comércio local, principalmente os materiais de construção para o fornecimento de materiais para grandes construções da fundação ao acabamento e decoração. (BORGES, 2017).

Com o mesmo grau de importância, destacam-se os impactos ambientais inerentes à construção e à urbanização de áreas com características naturais do litoral. O que se percebe é uma grande modificação da paisagem natural, da fauna e da flora, pois os campos e os animais nativos perderam espaço para grandes e luxuosas construções desses condomínios (BORGES, 2017).

O MUNICÍPIO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS

A ocupação do município de Capão da Canoa teve seu surgimento a partir de 1933 como 6º Distrito de Osório, denominado como “Vila de Capão da Canoa” e assim permaneceu por trinta anos, quando então se deu a emancipação do município, com a Lei 7.638, de 12 de abril de 1982. Naquele momento, o município contava, inicialmente, com 23 balneários, possuindo um raio de 30 quilômetros de praia.

Atualmente, encontra-se no município uma estrutura totalmente diferente da que se observava em seu marco inicial. Hoje, a cidade conta com 11 balneários, com uma extensão de 19,1 quilômetros para norte e sul, divididos em quatro distritos: *Capão da Canoa* – sede,

Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim, formados por solo bastante arenoso, podendo ser observada a presença de algumas dunas naturais nos balneários de Praia do Barco, Capão Novo e Arroio Teixeira.

O município de Capão da Canoa é constituído de um patrimônio natural muito agradável, principalmente no verão, pois é nessa estação que o município recebe muitos visitantes. Constitui-se de uma planície costeira no litoral norte do Rio Grande do Sul. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, a população de Capão da Canoa, nos últimos trinta anos, apresentou um crescimento, registrando, em 1991, uma população de 25.000 mil habitantes seguindo de 32.000 no ano de 2000 e, atualmente, compõe-se de 42.040 habitantes conforme pesquisa realizada em 2010 pelo IBGE (BORGES, 2017).

No entanto, estima-se que a população do município esteja por volta dos 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes. Sabe-se que esse número aumenta consideravelmente em períodos de veraneio, compreendidos de dezembro a março, quando a marca chega a 600.000 (seiscentos mil) habitantes, entre visitantes e moradores fixos (BORGES, 2017).

Os fatores que justificam o grande número de visitantes no município são, dentre outros, principalmente o clima, com temperaturas agradáveis mesmo em períodos com temperaturas altas; a grande faixa costeira, utilizada para banho, pesca e prática de surfe; e a estrutura, composta por belo calçadão. Isso possibilita a prática de esportes como caminhada, ciclismo, vôlei e futebol (BORGES, 2017).

Ramos (2014) revela os motivos que levaram as pessoas a se mudar para Capão da Canoa. Dos pesquisados, 47% destacaram a opção de ter um novo emprego; 25%, a qualidade de vida; e 19,6% apontaram a família como motivo dessa escolha. Esses resultados mostram que muitas pessoas procuram o litoral, especificamente o município de Capão da Canoa, pelas oportunidades de emprego e qualidade de vida.

A expansão demográfica de Capão da Canoa fez crescer a demanda por residências na praia. Logo, a indústria da construção civil na cidade de Capão da Canoa impulsionou a implantação de uma série de atividades relacionadas ao setor de comércio e serviços complementares, ampliando as opções de trabalho e atraindo a população permanente para a região (RAMOS, 2014).

No município, identifica-se a atividade de turismo como grande impulsionadora da economia regional. Porém, merece destaque a atividade de construção civil que emprega o maior número de pessoas e é capaz de fomentar as finanças do município durante todo o ano. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2010, 1,44% das pessoas empregadas no município trabalhavam no setor agropecuário; 5,23%, na indústria de

transformação; 22,38%, no setor de construção; 0,72%, nos setores de utilidade pública; 19%, no comércio; e 48%, no setor de serviços (BORGES, 2017).

OS ARROIOS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO E SUA IMPORTÂNCIA

Neste estudo, pretende-se apresentar o Arroio da Pescaria como patrimônio histórico urbano e destacar sua importância para a drenagem urbana, reduzindo os riscos de enchentes no município. “É através da identificação com o patrimônio cultural que o sujeito da aprendizagem estabelece um vínculo com o objeto, no caso o patrimônio (seja ele tangível ou intangível)” (DILLY, 2017, p. 32).

É nesse enfoque que se destacará o conceito de patrimônio encontrado na constituição, que o explica como um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a identidade local.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Art. 216).

Bitar descreve, a partir de seus estudos, o conceito de patrimônio. Segundo ele, o patrimônio é um

conjunto de bens materiais e não materiais, que foram deixados pelos antepassados e que como legado deverá ser repassado aos descendentes, como perspectiva de sustentabilidade, com novos significados, e que deverão sofrer novas interpretações de acordo com a nova realidade sociocultural (2017, p. 60).

Os arroios, nesse caso, fazem parte do contexto de desenvolvimento do município que, desde sua ocupação, conta com o Arroio da Pescaria, que é um patrimônio histórico urbano, pois desde a origem do município até os dias atuais é fonte de memórias, seja das transformações ocorridas em seu entorno, seja pela ligação afetiva, cotidiana dos transeuntes que trafegam ao seu redor.

O local, aqui ressaltamos o “Arroio da Pescaria”, são bens materiais que fazem parte de um coletivo, que constrói sua identidade por meio das memórias que são frutos da sua vivência. De acordo com Pollak,

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto no individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 5).

Portanto, o Arroio da Pescaria se configura como um patrimônio urbano que é parte indissociável do sentimento de pertença local que os indivíduos dessa localidade possuem, bem como o mecanismo para acessar memórias que têm ligação direta ou indireta com o Arroio.

De acordo com Varine:

O patrimônio (natural, cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro (2013, p. 20-21).

Sobre a função dos arroios no espaço urbano, destaca-se o de escoamento de água da chuva. Os arroios recebem grande parte do acúmulo de águas pluviais que são lançadas ao mar e lagoa. Com o crescimento da cidade e a abertura de novas ruas para circulação de veículos, a possibilidade de se criar avenidas paralelas aos arroios melhorou a mobilidade urbana na região central, facilitando o deslocamento rápido do centro para os bairros. É importante ressaltar que ambos os benefícios aqui apontados só foram possíveis com as obras de construção de muros de contenção e ruas, confirmando a importância do desenvolvimento de um planejamento de drenagem urbana para tais arroios a fim de que suportem o volume de águas pluviais.

O crescimento urbano e a consequente impermeabilização do solo apresentam-se como um problema frequente nos grandes centros urbanos, pois o aumento da ocupação urbana acaba gerando grandes áreas de solo impermeável e de obstrução das redes coletoras provocadas pelo acúmulo de lixo mal acondicionado (DEP, 2017). O desenvolvimento da cidade exige cada vez mais que os serviços públicos de gestão e de planejamento urbano desenvolvam um plano contínuo de drenagem dos arroios. Assim, com esse objetivo, o município de Porto Alegre – RS desenvolveu um manual de drenagem urbana que destaca algumas atividades que podem ser seguidas como exemplo por vários gestores municipais:

- a) a manutenção corretiva que atende às solicitações de serviços de reconstrução de redes pluviais existentes. Seguidas de reconstrução das redes, quando os passeios e/ou pavimentos são abertos e há a necessidade de repavimentação;
- b) uma atividade mais complexa que seria a de hidrojateamento. Serviços de desobstrução de redes executados por caminhão de hidrojateamento à alta pressão de vácuo acoplado. Esse serviço é utilizado em caso de obstrução nas redes de macrodrenagens e nas redes coletoras de fundos quando o acesso é impedido por construções, ou quando há assoreamento nas redes e galerias. O equipamento também é usado na desobstrução de trechos com grande extensão entre a inspeção e a obstrução, já que a eficiência da desobstrução manual é de, no máximo, 30 metros;
- c) para solucionar problemas de drenagem, destacam a importância da reconstrução e complementação pluvial conforme a necessidade de substituição, total ou parcial, de um trecho de canalização ou galeria danificada;
- d) o serviço preventivo de recuperação intensiva de bocas-de-lobo para limpeza e remoção da sedimentação, lixo e outros materiais de dentro das galerias utilizando técnicas variadas;
- e) dragagem devido à extensão e ao grande número de afluentes. Essa atividade precisa ser realizada com maior periodicidade, mantendo, assim, sua capacidade de escoamento de águas pluviais.

O ARROIO DA PESCARIA – LOCALIZAÇÃO NATURAL E DESLOCAMENTO DO LEITO

São os antigos terrenos alagadiços das terras que hoje são parte integrante do município de Xangri-lá, em que se localizam as nascentes do Arroio da Pescaria. Essas nascentes ficam, mais precisamente, nas proximidades de um sambaqui².

² Os sambaquis são considerados sítios arqueológicos, de propriedade da União, e possuem proteção legal e constitucional. Trata-se de elevações ou colinas, criadas a partir da ação de habitantes pré-históricos, que se instalaram na faixa litorânea por volta de 4.500 anos a.C., resultantes da acumulação de conchas e ossos, utilizados para diversos fins (sepultamentos, rituais fúnebres, moradia etc.) e com forte significado simbólico para seus construtores. São, em resumo, “montes ou amontoados de conchas”, conforme a origem tupi da palavra. O município de Xangri-Lá possui os dois sambaquis mais importantes do litoral gaúcho: Sambaqui do Capão Alto, próximo ao centro da cidade, e Sambaqui do Guará, próximo à Estrada do Mar. Conforme apurado, ambos se encontram em um estado de completo abandono e degradação (JUSBRASIL, 2017).

Antes da realização do aterro, o Arroio da Pescaria corria no sentido sul-norte por, aproximadamente, sete quilômetros. Da sua nascente, o Arroio da Pescaria dividia-se para o sul, na praia do Remanso, e para o norte corria pela praia de Atlântida, passando pela região onde hoje se localiza o Corpo de Bombeiros de Capão da Canoa, no conhecido Passo do Tajuba, até chegar ao lugar onde hoje está construído, nessa mesma cidade, o ginásio de esportes Otto Birlem. A partir desse ponto, o Arroio da Pescaria mudava a direção para o leste, passando por duas ruas centrais de Capão da Canoa: a rua Tupinambá e a rua Pindorama, até desaguar no Oceano Atlântico.

Essas constatações são todas corroboradas pelas pesquisas da historiadora local Mariza Simon dos Santos, que, dentre seus estudos, destaca³:

Essa região toda litorânea pertencia ao município de Osório, que era o município mãe dessa região toda. Isto, mais ou menos, a partir da década de 60, 70, começaram as primeiras emancipações aqui na região. Capão da Canoa se emancipou só na década de 80... Antes da emancipação, já havia o Arroio da Pescaria, lógico. Segundo algumas informações que eu tive, não que digo todas, mas que são totalmente verdadeiras, ele nascia em Remanso, na praia do Remanso, que é aqui do lado da Capão tá... Nascia então no sambaqui aqui na praia do Remanso e descia até Xangri-lá. Tá, então vinha do norte para o sul, passava pela praia de Atlântida chegando aqui no Corpo de Bombeiros...que era então conhecido como passo do Tajuba. Ali era um passo porque tinha um pequeno, o riacho corria assim, um fiozinho leve né, passava por ali e continuava até em direção ao centro de Capão da Canoa, passava por entre, digamos assim, o trecho passava pela Paraguassu e ia desaguar bem em frente ao hoje Lynemar. Ali, as águas desse arroio desaguvavam no mar⁴.

De acordo com a descrição da senhora Mariza, percebe-se, pela imagem do período compreendido dos anos de 1940, a importância desse Arroio para a comunidade local. Ele é ponto de relevância nesta pesquisa, que se destina à observação desse marco histórico caponense.

Entretanto, na década de 1940, o leito do Arroio da Pescaria foi deslocado do centro para a Zona Nova e, em seguida, uma draga do Governo do Estado do Rio Grande do Sul corrigiu o curso do Arroio para o oeste. Desde então, a água doce do Arroio da Pescaria não se encontra mais com a salgada do Oceano Atlântico, local onde antes desaguava, mas sim com as águas também doces da Lagoa dos Quadros.

CARACTERÍSTICAS DO ARROIO DA PESCARIA

³ Todas as entrevistas orais foram transcritas de forma íntegra. Apenas foram realizados pequenos ajustes para a melhor compreensão do leitor.

⁴ Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2016, em Capão da Canoa, com a senhora Mariza Simon dos Santos, historiadora local.

Na época anterior ao aterro, quando Capão da Canoa ainda fazia parte do 1º Distrito de Tramandaí, o Arroio da Pescaria possuía águas volumosas, serenas e cristalinas. Era um local muito procurado para a prática da pesca, tendo em vista a abundante quantidade de peixes e espécies vivendo em suas águas. Eram tantos peixes no Arroio da Pescaria, por vezes de tamanhos surpreendentes, que o local acabou tornando-se um dos preferidos para a pesca na região.

Havia, também, uma vasta e esplendorosa vegetação no entorno do Arroio da Pescaria, repleta de frondosas figueiras, além de uma fauna rica, propícia para a realização de caça. Antes do aterro, a região do Arroio da Pescaria, assim como o próprio, era um local de exuberante natureza, muito procurado nos finais de semana pelas pessoas da região e viajantes para lazer, descanso e divertimento.

Porém, o aterro realizado no Arroio da Pescaria, assim como o crescimento desenfreado e não projetado da região, mudou totalmente suas características. Hoje, pode-se dizer que o Arroio da Pescaria está morto. Se suas águas eram de uma limpeza ímpar antes do aterro, hoje estão estagnadas e totalmente poluídas. Com o passar dos anos, as águas do Arroio da Pescaria vão escasseando e ficando cada vez mais turvas, tornando cada vez menor a quantidade de peixes e pássaros aquáticos ali existentes. Aliás, algumas espécies já não mais são representadas nesse local.

O Arroio da Pescaria, com essa denominação, foi assim conhecido pelas antigas gerações da região que, inclusive, aproveitaram-se do nome e de sua imponência na época para dar nome ao balneário hoje conhecido como Capão da Canoa. Porém, isso é história pertencente às gerações passadas, pois, para a atual geração caponense, o que era Arroio da Pescaria hoje é “valão”.

O ARROIO DA PESCARIA E AS HABITAÇÕES

Nos primórdios de Capão da Canoa, o Arroio da Pescaria teve relevada importância para o desenvolvimento da região. Devido às suas características, descritas no capítulo anterior, as pessoas começaram a fincar raízes na região.

Gradualmente, as margens do Arroio da Pescaria foram ocupadas por ranchos, casas e rústicas choupanas de fazendeiros, na maioria das vezes oriundos da serra gaúcha e alemães da região de Taquara. De maneira geral, as primeiras construções para moradia erguidas nas

margens do Arroio eram feitas de madeiras e cobertas ou de palha, seja ela tiririca (nativa), ou Santa Fé, ou de taboinhas.

Na década de 1940, a Secretaria de Obras do Estado do Rio Grande do Sul criou o Departamento de Balneários Marítimos, que, por sua vez, projetou uma grande cidade da serra até o mar, abrangendo a região do Arroio da Pescaria. Esse projeto foi coordenado pelo engenheiro Ubatuba de Farias e gerou grandes expectativas não só da população da região, como também de quase todo o Estado. Porém, o projeto acabou arquivado devido ao elevado custo, o que o tornou inviável.

MOTIVOS PARA A REALIZAÇÃO DO ATERRO

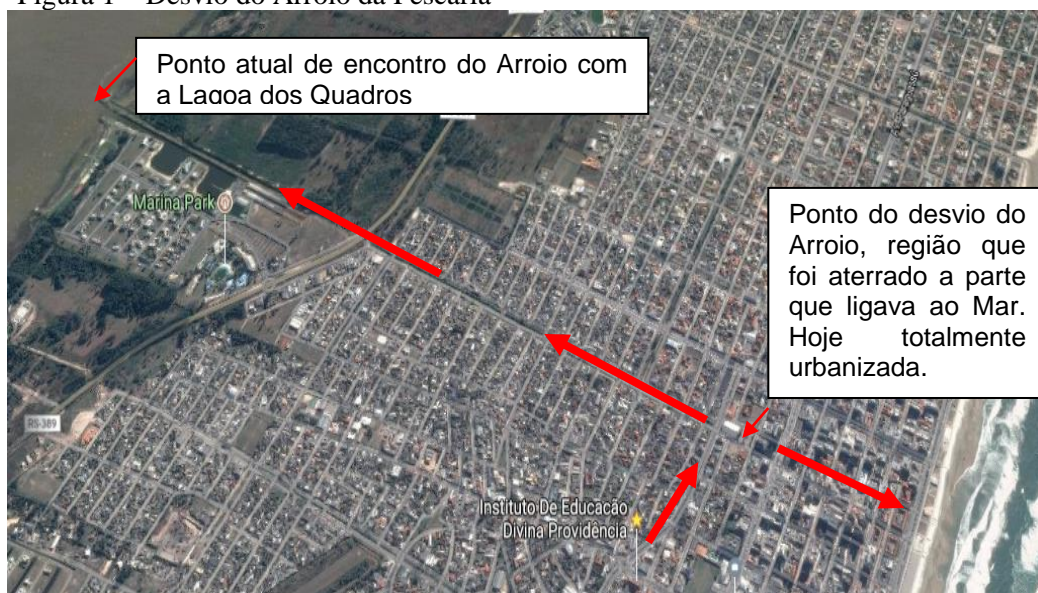
Se antes da urbanização e do acelerado crescimento do município de Capão da Canoa o Arroio da Pescaria era motivo de alegria e diversão para os moradores da região, depois dela houve uma mudança de comportamento e pensamento em relação ao córrego, até então encantador e parceiro. Como acontece em todas as cidades que crescem sem planejamento – Capão da Canoa é uma dessas cidades –, os conflitos entre habitantes e a natureza rapidamente aparecerem.

Em épocas de muitas chuvas, por exemplo, o Arroio da Pescaria tornava-se um fardo na vida dos moradores e veranistas de Capão da Canoa, pois seu leito não suportava a enorme quantidade de água despejada do céu em seu corpo e acabava transbordando. Os alagamentos, nessa situação, eram inevitáveis, o que prejudicava não só o desenvolvimento do balneário como cidade próspera, mas também o divertimento e o humor dos habitantes e turistas.

O atrativo Arroio da Pescaria havia então perdido essa condição, passando agora a ser um empecilho para o crescimento da cidade de Capão da Canoa. Quem diria que, talvez, o principal responsável pelo surgimento da atual cidade de Capão da Canoa acabaria se tornando um vilão no que tange ao desenvolvimento desse município?

A solução encontrada pelos governantes do município para resolver o “problema” na ocasião foi a realização de um aterro no Arroio da Pescaria. Por falta de planejamento e por não prever o crescimento desenfreado e não estruturado de uma cidade, o curso do Arroio da Pescaria foi modificado, não mais desaguando no Oceano Atlântico, mas sim na Lagoa dos Quadros, conforme mostra imagem a seguir.

Figura 1 – Desvio do Arroio da Pescaria



Fonte: Google Maps, 2017. Marcação realizada pelos autores.

Cumprе salientar que o aterro resolveu apenas em parte o problema dos alagamentos, pois, apesar de esses não serem mais grandiosos como antes, eles ainda persistem. “A qualidade da água que escoa na rede pluvial depende de vários fatores: da limpeza urbana e sua frequência; da intensidade da precipitação, sua distribuição temporal e espacial; da época do ano; e do tipo de uso da área urbana” (DEP, 2017, p. 8).

Conforme a Figura 1, no encontro da Avenida Martinho J. Espindola com a Rua General Osório – no Bairro Santa Luzia, observa-se que o arroio não suporta mais certas quantidades de chuva, seja pelo fato do seu lençol freático ser muito alto, seja pela falta de limpeza do Arroio.

Figura 2 – Enchente do arroio da pescaria



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Outro motivo alegado para o aterro do Arroio da Pescaria foi o loteamento do então balneário. Esse loteamento foi realizado pela empresa Boyanowsky, no princípio da década de 1940.

Em relação a esse aspecto, é relevante uma discussão sobre alguns pontos. Será que não cabia um planejamento para a cidade para que não houvesse a necessidade da realização do aterro do Arroio da Pescaria? Foi levada em consideração a importância, relevância histórica e contribuição do Arroio da Pescaria (tanto que foi um dos primeiros nomes de Capão da Canoa) para o surgimento do município?

Certo é que não dá para voltar atrás, pois, nessa situação, é válido o dito popular “o que tá feito tá feito”. Porém, é algo para se pensar, quando da realização de semelhantes projetos futuros, pois se deve aprender com o passado para não se cometer os mesmos erros no futuro.

Figura 3 – Arroio da Pescaria



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Na Figura 2, é possível verificar o acúmulo de sedimentos e o crescimento de vegetação. Nesses casos, é necessário manter o Arroio limpo, uma vez que, nessas condições, diminuiu a capacidade de escoamento em alguns pontos, causando grandes enchentes nas vias públicas.

No curso do Arroio, também é comum encontrar resíduos sólidos depositados de maneira incorreta pela população, provocando grandes implicações. “O lixo obstrui ainda mais as redes de drenagem e cria condições ambientais ainda piores. Esse problema somente é

minimizado com a adequada frequência da coleta, educação da população e multas pesadas” (DEP, 2017, p. 8). Nesse sentido, a educação ambiental passa a ser, também, um grande desafio ao planejamento e à gestão do processo de limpeza urbana.

Figura 4 – Destruição do muro de contenção



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Figura 5 – Calçadas às margens do Arroio



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Junto com a construção dos muros de contenção do Arroio, foram construídas, em alguns pontos, calçadas de circulação de pedestres que, por muito tempo, foram vias alternativas para a população. Atualmente, pela “falta de controle na construção e manutenção que podem entupir os dispositivos tornando-os ineficientes” (DEP, 2017 p. 42), é impossível caminhar sobre essas calçadas. Conforme as Figuras 3 e 4, é possível verificar que as calçadas correm o risco de desmoronamento. Esse risco ao pedestre só aumenta com o passar do tempo. Para essas situações, não se verifica uma manutenção preventiva dessa estrutura como forma de valorizar o patrimônio urbano. No entanto, “Essa valorização é sempre o objetivo principal das propostas de educação patrimonial, é através dela que se dará a preservação e a atualização do patrimônio cultural” (DILLY, 2017, p. 32).

Ao demonstrar a realidade encontrada no município sobre o Arroio da Pescaria que se apresenta como patrimônio cultural, permite-se uma reflexão à gestão pública, cabendo, dentro de seu planejamento urbano, propor ações de educação patrimonial. Isso porque, conforme destaca a autora, essas ações poderão “utilizar-se de uma relação preexistente entre o cidadão e o patrimônio cultural, ou ainda despertar essa relação com a atividade educativa, usando da reflexão para que o sujeito perceba um vínculo com o patrimônio, passando então a valorizá-lo” (DILLY, 2017, p. 32).

No caso específico, o aterro do Arroio da Pescaria foi a sua sentença de morte, sendo o resultado visível. Basta uma volta pela cidade, na região do curso do Arroio da Pescaria, para ver no que o outrora celeiro de vida se transformou. Ou melhor, no que o homem o transformou. E não precisa ser nem especialista para assinar o “atestado de óbito” do Arroio da Pescaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arroio da Pescaria, apresentado neste estudo, por muitos anos atraiu pessoas para a região devido às suas volumosas águas límpidas, peixes e fauna em abundância, gerando avanços significativos para o crescimento do então balneário marítimo, a ponto de tornar-se hoje uma imponente cidade. Porém, no cenário atual, apresenta sérios problemas de manutenção e preservação do patrimônio, foco desta análise.

O crescimento de Capão da Canoa aconteceu acompanhado do aterro do Arroio da Pescaria, com a consequente mudança no curso de seu leito, desviado do leste, onde desembocava no mar, para o oeste, desaguando hoje em dia na Lagoa dos Quadros. As medidas tomadas em relação ao Arroio da Pescaria transformaram as características dele

próprio, como também do cenário natural do ambiente. Até o homem mudar a paisagem natural, o Arroio tinha águas em grande quantidade, totalmente despoluídas, além de um ambiente de fauna riquíssima. A decisão de aterrar o Arroio da Pescaria mudou totalmente esse cenário, pois, ao ser efetivada a mudança de curso, suas águas rarearam e ficaram à mercê da poluição.

Um arroio que foi tão importante necessita, hoje, de canalização para ter um tratamento minimamente digno, levando-se em consideração a sua relevante participação na história do exaltado município litorâneo gaúcho de Capão da Canoa. É preciso conservar a memória de um tempo que não volta, por meio de seu patrimônio cultural.

Diante da vulnerabilidade ambiental, as políticas de desenvolvimento sustentável dependem de mudanças culturais para a adequação da urbanização do município. Pode-se dizer que Capão da Canoa busca o desenvolvimento e a manutenção dos recursos naturais na aplicação de suas regulamentações internas, “Lei Complementar” e “Plano Diretor”, para a construção de edifícios residenciais. No entanto, neste estudo, apresentamos a falta de ações de valorização do patrimônio histórico do território que compõe a memória do lugar.

O município, porém, precisa avaliar, constantemente, as estratégias de manutenção e preservação da limpeza em vias públicas. Exemplo disso é o Arroio apresentado neste estudo, que passa por sérios problemas de limpeza de sedimentos naturais e resíduos sólidos. Além disso, são necessárias também outras ações que envolvem habitação, demandas de saneamento e melhoria da mobilidade urbana no centro e nos bairros de Capão da Canoa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 dez. 2014.
- BITAR, Larissa. **Entre a memória e o lugar dos mortos no Cemitério das Irmandades: o turismo de necrópole em Jaguarão (RS) como alternativa para o desenvolvimento regional**. 2017. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Larissa%20Bitar.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- BONAMENTE, Jorge Luis; SOUZA, Arildo João de. **Planejamento urbano e ambiental**. Indaial: Uniasselvi, 2012.
- BORGES, Juarez Camargo. A gestão do espaço urbano e a evolução do processo de urbanização a partir do surgimento dos condomínios horizontais fechados nos municípios de Capão da Canoa e Xangri-lá (rs) In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Orgs.). **Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território**. Criciúma, SC: UNESC, (p. 226-237), 2017.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

- CAPÃO DA CANOA.** Disponível em: <[HTTP://www.capaodacanoa.rs.gov.br/site/home/pagina/id/62/?historia-do-municipio](http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/site/home/pagina/id/62/?historia-do-municipio)>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- DILLY, Gabriela. **Experiências de gestão do patrimônio cultural e desenvolvimento regional em Ivoti e Picada Café – RS.** 2017. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Gabriela%20Dilly.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- ESPINDOLA, Luis Andre; FLORENTINO, Renata Feldens; BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Raízes de Capão da Canoa,** Porto Alegre, 2004.
- JUSBRASIL. **Sambaqui.** Disponível em: <<https://pr-rs.jusbrasil.com.br/noticias/100672870/mpf-rs-quer-a-preservacao-de-sitios-arqueologicos-em-xangri-la>>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza:** os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História – São Paulo, vol. 26, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007. Acesso em: 27 ago. 2017.
- PNDU. **Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano.** 2004. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf>. Acesso em: 1 maio 2015.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 20/10/2014.
- _____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.
- PORTO ALEGRE. **Departamento de Esgotos Pluviais/DEP.** Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dep/usu_doc/manual_de_drenagem_ultima_versao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- RAMOS, Alexandre Costa. **Fatores de atração migratória no litoral norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional:** um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/758>>. Acesso em: 28 maio 2015.
- SCHEFFER, Alceu de Matos. **Desenvolvimento regional no litoral norte do Rio Grande do Sul:** o caso do turismo no município de Torres / RS, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/372>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- SANTOS, Mariza Simon dos. **Origens de Capão da Canoa (1920-1950).** Porto Alegre: Edições EST, 2005.
- SOUZA, Mariana Barbosa de. **Urbanização e segregação socioespacial na região do litoral norte do Rio Grande do Sul:** uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/509>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- VARINE, Hugues. **As raízes do futuro – O patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- VERLINDO, Avelino Alves. **Capão da Canoa de ontem e hoje 1900/2000.** Porto Alegre: Evangraf, 1999.